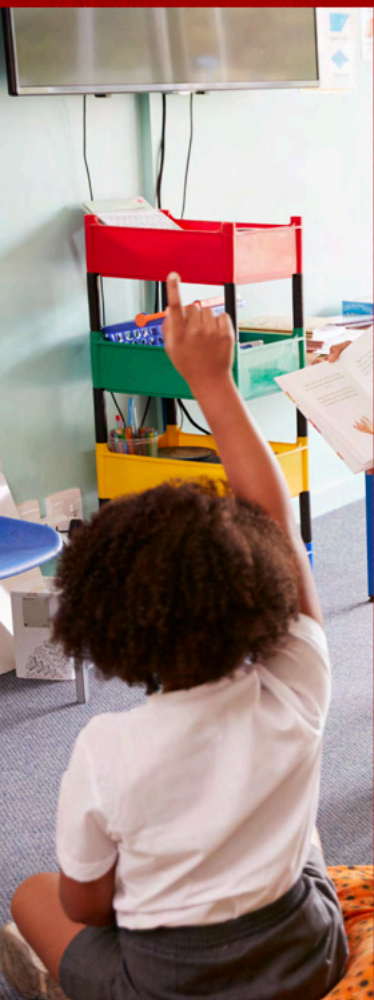


Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Wanda Pereira de Lima
Janaína Rodrigues Reis Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Wanda Pereira de Lima, Janaína Rodrigues Reis Nascimento. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0036-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.363222903>

1. Formação docente. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Lima, Wanda Pereira de (Organizadora). III. Nascimento, Janaína Rodrigues Reis (Organizadora). IV. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudações.

Apresentamos o e-book “Formação docente: contextos, sentidos e práticas 2”, que exibe um conjunto de textos, resultantes de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diversos contextos, com o objetivo de apresentar a relação teoria-prática desenvolvida por professores na construção do conhecimento em diferentes instituições do Brasil e professores da Universidad Autónoma Chapingo no México. Organizado em dezesseis capítulos temáticos, este e-book aproxima o leitor do cotidiano dessas instituições e, conseqüentemente, de diversos saberes, que permeiam a formação docente, estruturando contextos/significados/práticas. Nesses dezessete capítulos, destacamos alguns argumentos explicativos que permeiam o contexto social atual (marcado pela COVID-19), a docência e os processos de formação que a compõem - que envolvem políticas públicas, trabalho pedagógico, processos de inclusão, experiência, estratégias de ensino, estágio curricular/práticas supervisionadas, ludicidade, integração tecnológica, entre outros -. Nesse sentido, este e-book apresenta questões que podem subsidiar e colaborar nas discussões e reflexões de profissionais da educação dos mais diversos níveis de ensino. Dito isso, desejamos a todos uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação

Wanda Pereira de Lima

Janaína Rodrigues Reis Nascimento

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOMETRIA PLANA POR MEIO DE ATIVIDADES NO GEOGEBRA: CONTRIBUINDO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EJA

Jeane do Socorro Costa da Silva


Eliza Souza da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229031>

CAPÍTULO 2..... 13

A BNCC: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG

Leiliane Soares Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229032>

CAPÍTULO 3..... 19

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REORGANIZAÇÃO DO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID 19

Lânia da Silva Cardoso

Francinalda Pinheiro Santos

Aclênia Maria Nascimento Ribeiro

Galvaladar da Silva Cardoso

Ravena de Sousa Alencar Ferreira

Perla Maria Antão de Alencar Carvalho

Luciana Spindola Monteiro Toussaint


Verônica Elis Araújo Rezende

Sylvia Helena Batista Pires Ferreira

Maria Luzilene dos Santos

Érida Zoé Lustosa Furtado


Jardilson Moreira Brilhante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229033>

CAPÍTULO 4..... 27

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO II DO CURSO DE LETRAS E OS PROJETOS DE LETRAMENTO: UM OLHAR PARA O IMPREVISÍVEL

Márcia Regina Mendes SANTOS*


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229034>

CAPÍTULO 5..... 36

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SÃO GONÇALO-UERJ SOBRE TUBERCULOSE

Mônica Antônia Saad Ferreira

Rogério Carlos Novais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229035>

CAPÍTULO 6	42
ENTRE OS RIOS DO AMAZONAS E OS CAMINHOS DO PARFOR: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO DE PEDAGOGIA NO ALTO SOLIMÕES	
Monica Silva Aikawa Nataliana de Souza Paiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229036	
CAPÍTULO 7	50
DESAFIOS E SUPERAÇÕES DO ENSINO REMOTO	
Letícia Gomes Ferreira Caroline Gomes Ferreira Glauber Oliveira Benjamim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229037	
CAPÍTULO 8	54
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LIBRAS: MAPAS CONCEITUAIS COMO RECURSOS VISUAIS	
Estêvam Farias Sá Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro Lidiane Sena Pinheiro Luciana Soares Freitas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229038	
CAPÍTULO 9	65
CONSTRUÇÃO ATIVA DO CONHECIMENTO QUÍMICO ATRAVÉS DO ANIME DR.STONE	
Natália Matos Sanglar Costa Marcelo Monteiro Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3632229039	
CAPÍTULO 10	73
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DE 1988 À 2016	
Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lourena Maria de Aquino Nogueira Lenina Lopes Soares Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.36322290310	
CAPÍTULO 11	87
LA PRÁCTICA EDUCATIVA: DESDE LA FENOMENOLOGÍA DE LA CORPORALIDAD	
Mafaldo Maza Dueñas Vanessa García González	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.36322290311	
CAPÍTULO 12	98
GRUPO DE ESTUDO EM AVALIAÇÃO ESCOLAR E SEUS SIGNIFICADOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DE FORMADORES DE PROFISSIONAIS	

CAPÍTULO 13..... 110

PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL EM ANÁLISE

Iza Cristina Prado da Luz

CAPÍTULO 14..... 123

LUDICIDADE E EDUCAÇÃO: PRÁTICA E TEORIZAÇÃO DOCENTE

Darli Collares

CAPÍTULO 15..... 135

O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Paula Arcoverde Cavalcanti

CAPÍTULO 16..... 143

PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

CAPÍTULO 17..... 157

“O ROMANCE DO PAVÃO MYSTERIOSO”: APRENDIZAGEM EM DOC NA AULA

Luiza Maria Aragão Pontes

SOBRE OS ORGANIZADORES 163

ÍNDICE REMISSIVO..... 165

GRUPO DE ESTUDO EM AVALIAÇÃO ESCOLAR E SEUS SIGNIFICADOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DE FORMADORES DE PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Renata Ibias Cardoso da Silva

Universidade de Uberaba-UNIUBE-Campus
Uberlândia/MG
<http://lattes.cnpq.br/1546625374324220>

RESUMO: Este estudo vincula-se à linha de pesquisa Práticas Docentes para Educação Básica do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional da Universidade de Uberaba/MG. Originou-se a partir de inquietações sobre o processo de avaliação escolar sob coordenação de um Grupo de Estudo e a formação de profissionais sobre o referido tema. É parte de uma pesquisa qualitativa com o uso de revisão bibliográfica e análise documental. Visa analisar a utilização de Grupo de Estudo Formal em Avaliação Educacional GEPAE-UFU/CEMEPE como estratégia de formação continuada e em serviço em avaliação educacional dos/as professores/as formadores/as do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais-Julietta Diniz-CEMEPE. Analisar, ainda, concepções e práticas avaliativas presentes nas atividades do referido grupo. As questões orientadoras são: Quais os significados dos Grupos de Estudo para/na formação continuada e em serviço de professores/as e Analistas Pedagógicos/Pedagogos/as com a responsabilidade de desenvolver formação continuada em avaliação

escolar para profissionais da educação infantil e ensino fundamental da rede pública municipal de Uberlândia? Qual é a metodologia utilizada pelo Grupo de Estudo em Avaliação Educacional e seus significados para/na formação de docentes e pedagogos sobre avaliação nas escolas? Quais concepções e instrumentos de avaliação educacional foram privilegiados pelo Grupo de Estudo? O que consta nos documentos produzidos pelo Grupo de Estudo sobre avaliação educacional? As fontes de dados são: documentos elaborados pelo referido grupo, livros e artigos lidos e analisados pelos membros do Grupo, Plano de Formação na Escola e Orientações teóricas e práticas para o ano letivo de 2015 e 2016, analisadas à luz das elaborações sobre formação docente (VAILLANT & MARCELO, 2012), (NÓVOA, 2010) e avaliação escolar (ESTEBAN, 2004), (HOFFMAN, 2012) e (MORETTO, 2010). Os resultados indicaram a importância do Grupo de estudo como espaço de formação de formadores/as, vinculado aos problemas identificados no cotidiano escolar sobre avaliação educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação educacional; Grupo de Estudo; Formação de formadores/as.

STUDY GROUP ON SCHOOL
ASSESSMENT AND ITS MEASURES
IN THE CONTINUOUS TRAINING
AND SERVICE OF TRAINERS OF
PROFESSIONALS IN THE MUNICIPAL
EARLY CHILDHOOD EDUCATION
NETWORK

ABSTRACT: This text is part of a qualitative research with the use of bibliographic review

and document analysis, and integrates the ongoing Master's dissertation in Education. This research aims to analyze the use of a Formal Study Group in Educational Evaluation/GEPAE/UFU/CEMEPE as a strategy of continuous training and in-service educational evaluation of/teachers/trainers/those of the Municipal Center for Educational Studies and Projects-Julietta Diniz-CEMEPE. To analyze, also, evaluative conceptions and practices present in the activities of the mentioned group, the interventions elaborated and developed in the school units, through/the Education Specialists/Pedagogists/as and teachers/as. The guiding questions of the research are: What are the meanings of the Study Groups for/in continuous training and in service of teachers/as and Education Specialists/Pedagogues/as with the responsibility of developing continuous training in school evaluation for professionals in early childhood education and elementary school municipal public network of Uberlândia? What is the methodology used by the Study Group in Educational Evaluation and its meanings for/in the formation of teachers and students on evaluation in schools? Which conceptions and instruments of educational evaluation were privileged by the Study Group? What are the documents produced by the Study Group on educational evaluation? The data sources are: documents prepared by this group, books and articles read and analyzed by the members of the Group, School Training Plan and theoretical and practical guidelines for the school year, analyzed in light of the elaborations on teacher training (VAILLANT & MARCELO, 2012), (NÓVOA, 2010) and school evaluation (ESTEBAN, 2004), (HOFFMAN, 2012) and (MORETTO, 2010). The partial results indicate the importance of the study group as a space for the formation of trainers/as, linked to the problems identified in the daily school on educational.

KEYWORDS: Educational evaluation; Study group; Formation of trainers/as.

INTRODUÇÃO

Exercendo a função de Analista Pedagógico/Pedagoga e Professora dos Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia, e responsável pela formação continuada e em serviço de Analistas Pedagógico/Pedagogo/a no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais-Julietta Diniz-CEMEPE, observamos que a temática avaliação educacional vem provocando muitos questionamentos: Qual concepção de avaliação a escola possui? Por que avaliar? Como? Que instrumentos utilizar? Para que serve afinal a avaliação? Que parâmetro a escola precisa seguir para que a avaliação venha atingir os objetivos propostos? Observamos, ainda, questionamentos sobre a formação docente em serviço, no sentido de que ela deveria oferecer elementos para compor respostas acerca das dificuldades para avaliar. Esses questionamentos foram fortalecidos devido à tentativa de mudança da centralidade educativa para os processos de ensino e aprendizagem e isso impactou a discussão sobre avaliação educacional.

A respeito dessas questões sobre avaliação, Esteban (2004), afirma que é importante continuar as discussões e considerá-las como parte de um processo mais amplo do fracasso escolar. O que coloca em evidência a necessidade de refletir sobre a formação docente em avaliação e seus vínculos com o direito de aprender. Nesse contexto, é importante destacar

que Uberlândia possui um Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz-CEMEPE. Implementado a partir do Decreto 5338/1992. Este centro é responsável pela formação continuada dos/as profissionais da Prefeitura Municipal de Uberlândia, em especial dos/as profissionais da educação, nas categorias de extensão e aperfeiçoamento.

O Decreto 14.035/2013 instituiu o CEMEPE enquanto centro de pesquisa e divulgação do pensamento, arte e saber com ações efetivas para a melhoria da qualidade da educação, com vistas a intervir e modificar o cotidiano das escolas de Uberlândia, para alcançar a qualidade social da educação. A política de formação do CEMEPE foi instituída pela Instrução Normativa SME 04/2014, que possibilitou aos/às professores/as o direito de representarem os componentes curriculares por meio de um/a professor/a escolhido/a por seus pares, com a finalidade de:

Considerar a necessidade de melhorar a qualidade da educação desenvolvida na rede municipal de ensino; Considerar a responsabilidade do Município por promover a formação continuada e a capacitação dos profissionais da educação; Considerar o impacto da formação continuada na efetivação do direito de aprender de cada aluno; Considerar a necessidade de desenvolver pesquisas no cotidiano escolar, contemplando também a intervenção pedagógica, demandada em função dos resultados obtidos e da necessidade de melhorar a qualidade de ensino; Considerar, ainda, a necessidade de execução das ações dos programas e projetos, na qual serão utilizadas diferentes estratégias, dentre elas a organização em núcleos voltados para estudos, pesquisa e intervenção no cotidiano escolar, com base nos temas específicos. (UBERLÂNDIA, INSTRUÇÃO NORMATIVA SME, 04/2013).

Assim, o CEMEPE se tornou o maior centro de estudos educacionais da região do triângulo mineiro, sendo referência para municípios vizinhos, e Polo da Universidade Aberta instituído pelo Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior do país. O CEMEPE, ainda, desenvolveu o PNAIC- Programa Nacional de alfabetização na Idade Certa e continua sediando os cursos para professor/as e pedagogos/as da Rede Pública Municipal de Uberlândia¹. Nesse contexto, é importante ressaltar que o decreto 14.035/2013, tratou também, da organização do trabalho do CEMEPE, por meio de Núcleos Interdisciplinares de Estudos e Intervenção Pedagógica, com a finalidade de fomentar a formação contínua e em serviço com os/as profissionais da educação, contemplando formação “in loco”, no CEMEPE, na Universidade Federal de Uberlândia e em outros espaços formativos. Esse processo, também, fortaleceu as indagações sobre a formação dos/as formadores/as de professores/as e pedagogos/as. Esses Núcleos estavam ancorados até o ano de 2016 em princípios e diretrizes da Política Pública de Formação com os/as profissionais da educação: unicidade entre teoria e prática; articulação entre pesquisa, ensino e formação; inclusão das demandas e necessidades dos/as alunos/as e docentes na formação contínua; organização e desenvolvimento com

¹ Para ampliar informações, consultar: www.uberlandia.mg.gov.br.

os/as profissionais da educação de estudos, pesquisa, formação e intervenção pedagógica.

Dos diversos temas debatidos nos encontros de formação com os/as profissionais da educação, a avaliação escolar foi a mais discutida, onde se verificou a necessidade de ampliação das discussões, a partir da preocupação acerca dessa temática no cotidiano escolar. Neste sentido, no ano de 2015, aconteceu o II seminário internacional de avaliação juntamente com o I seminário de avaliação da rede municipal de educação de Uberlândia (II SIAVA e I SIMAVA). Os objetivos desses seminários foram promover discussões por meio de palestras, a fim de produzir subsídios teóricos e práticos para problematizar e compreender a avaliação educacional. Outra finalidade que o Seminário propôs foi colocar em debate as questões acerca dessa temática, desde as políticas públicas de educação no âmbito municipal, estadual e federal à organização e concretização do trabalho pedagógico na realidade escolar. A Secretaria Municipal de Educação, em 2013, iniciou o processo de implementação da Rede Pública Municipal pelo Direito de Ensinar e Aprender (Lei 11.444/13). Essa Rede visava construção coletiva de ações vinculadas ao enfrentamento das dificuldades de escolarização de cada estudante e melhoria dos índices de desenvolvimento educacional associados à qualidade referenciada socialmente (UBERLÂNDIA, 2013).

Nesse contexto, o Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE procurou potencializar reflexões e estudos e, ao mesmo tempo, balizar e implementar intervenções pedagógicas construídas com a Rede Pública Municipal de Ensino. Nessa perspectiva, em 2014, foi instituído o Grupo de Estudos em Avaliação, em parceria com a UFU, com o objetivo de se tornar um espaço de estudos e discussões sobre processos de avaliação, referencial de orientação para a prática e intervenção pedagógica² dos/as professores/as. A partir dessa iniciativa, a Rede Pública de Ensino de Uberlândia construiu condições para realizar o seu I Seminário de Avaliação da Rede Municipal de Educação de Uberlândia com a finalidade de criar um espaço mais amplo de discussão e crítica sobre modalidades, concepções, metodologias de avaliação e o papel que esta desempenha na compreensão das relações entre a escola e a sociedade³.

A partir das experiências positivas do Seminário (II SIAVA e I SIMAVA), outras iniciativas foram surgindo. Ocorreram a consolidação e a expansão do grupo de estudo, criado em 2014. Já em agosto de 2015, o referente grupo de estudo, no qual a pesquisadora esteve presente, intitulado Grupo Formal em Avaliação Educacional UFU/CEMEPE, manteve sua constituição com as professoras universitárias e alunos/as, oriundos/as do GEPAE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação Educacional/Universidade Federal de Uberlândia. Contou ainda com a participação de 12 professores/as formadores/as do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais – Julieta Diniz. O objetivo inicial desse grupo de estudo foi de fomentar novas discussões sobre o tema e construir com os/

² Consultar: www.uberlandia.mg.gov.br.

³ Informações disponíveis em: < <http://siava.ntecemepe.com>>. Acesso em: 01 de set 2018.

as professoras/as formadoras/as subsídios efetivos para novas intervenções.

Tendo em vista o exposto, para orientar a produção e análise de dados sobre a experiência relativa ao Grupo de Estudo Formal em Avaliação escolar GEPAE/UFU/CEMEPE estabelecem-se as questões do estudo: Quais são os significados do Grupo de Estudo Formal em Avaliação educacional GEPAE/UFU/CEMEPE para/na formação de professoras/as e pedagogos/as com a responsabilidade de desenvolver formação continuada em avaliação escolar para profissionais da educação infantil e ensino fundamental?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Contribuir para a reflexão sobre formação em avaliação escolar de professoras/as e pedagogos/as formadoras/as, por meio de Grupo de Estudo, destacando teorias e práticas sobre avaliação e seus significados para o direito de aprender.

Objetivos Específicos

1. Identificar e analisar as concepções e instrumentos avaliativos estudados e referendados pelo grupo de estudo sobre avaliação escolar.
2. Identificar e analisar a metodologia de trabalho formativo do Grupo e seus significados para/na formação dos/as docente e pedagogos/as.
3. Identificar e analisar os impactos da formação desenvolvida por formadoras/as, que participaram do Grupo de Estudo, na redação dos Planos de Formação “in loco” das escolas que apresentaram demandas para o referido Grupo.
4. Identificar e analisar os impactos da formação contínua de docentes e Analistas Pedagógicos/Pedagogos/as, desenvolvida pelos membros do Grupo de Estudo, no texto escrito pela unidade escolar denominado Projeto Político Pedagógico-PPP.

METODOLOGIA

Considerando os objetivos e questões de estudo, optou-se por utilizar o enfoque qualitativo de pesquisa, contemplando revisão de literatura e pesquisa documental. “A pesquisa documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem dos dados qualitativos, seja, complementado as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um problema ou tema.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). O uso dos documentos como fonte de pesquisa é deveras importante, pois a quantidade de elementos advindos dessas fontes valida sua consideração nas Ciências Humanas e permitirá a compreensão de dados cuja abrangência precisa de informações que envolveram a realidade sociocultural das demandas formativas.

De acordo com Cellard (2008), a análise documental é precedida por uma análise

preliminar, e deve respeitar cinco aspectos: o contexto, a autenticidade, a natureza, os autores e seus conceitos chave e a lógica interna do texto. Adotamos essa perspectiva de análise, e tomamos como fontes, documentos produzidos no período de existência do Grupo de Estudo Formal em Avaliação Educacional, 2015 a 2016:

1. Documentos alocados no DROPBOX⁴ sobre atividades desenvolvidas pelos membros do Grupo, documentos produzidos pelo Grupo e mapeamento das demandas formativas.
2. Resenha e ajuda memória alocada em arquivos de Word.
3. Portfólio elaborado pela formadora-pesquisadora.
4. Registros dos estudos autônomos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ato de avaliar é uma ação extremamente complexa, pois envolve mudança de atitude do/a avaliador/a, e deve ser entendida como uma atividade, cuja responsabilidade não é pura e simplesmente do/a professor/a, mas de todos/as que integram o processo educacional.

A avaliação deve possuir um caráter social, envolvendo seleção e classificação, bem como uma dimensão pedagógica ou formativa, que deve se dar ao longo de todo o processo de aprendizagem. Para efeitos didáticos, a avaliação pode ser dividida em três momentos distintos, ou seja, antes, durante e depois do ensino (BASSANI & BEHAR, 2009, p.23).

Nesse processo, o registro das observações sobre cada criança e sobre o grupo será um valioso instrumento para ancorar o processo avaliativo. O/a professor/a poderá documentar os aspectos referentes ao desenvolvimento de cada aluno/a, sendo recomendável que o/a professor/a atualize, sistematicamente, suas observações, documentando mudanças e conquistas. Deve-se levar em consideração que, por um lado, há diversidade de respostas possíveis a serem apresentadas pelas crianças e, por outro lado, essas respostas estão frequentemente sujeitas a alterações, tendo em vista não só a forma como as crianças se sentem e pensam, mas a natureza do conhecimento.

Nesse sentido, a avaliação deve servir para uma mudança da prática pedagógica da escola.

A escola deve mudar sua prática pedagógica no que se refere às atividades de avaliação escolar. Deve-se tirar essa ideia de que a avaliação é um exercício de coação da escola como obrigação. Do professor como a autoridade máxima e que estar na sala de aula é um desprazer. É preciso então, rever os paradigmas da avaliação do desempenho escolar, bem como da educação como um todo, para que a aprendizagem do aluno possa ir para além da sala de aula. O ato de avaliar é essencialmente interpretativo:

⁴ DROPBOX é uma plataforma de colaboração global, na qual arquivos, pastas e documentos são criados, acessados e compartilhados (www.dropbox.com).

há uma troca de mensagens entre quem avalia e quem está sendo avaliado. (HOFFMANN, 2010, p.78).

Percebe-se que a avaliação tem uma dimensão pedagógica e política. No art. 6º dos Referenciais Teóricos produzidos pelo MEC, as propostas pedagógicas de Educação Infantil, por exemplo, devem respeitar os princípios: éticos, políticos e estéticos, cumprindo assim plenamente sua função sociopolítica e pedagógica descrita no art. 7º:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnicoracial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2009).

É importante destacar que a avaliação não pode ter um caráter punitivo, mas uma oportunidade de interação entre professor/a e aluno/a de modo que as chances para a aprendizagem se tornem possíveis através da construção mútua.

A perspectiva construtivista sócio interacionista propõe uma nova relação entre o professor, o aluno e o conhecimento. Ela parte do princípio de que o aluno não é um simples acumulador de informações, ou seja, um mero receptor-repetidor. Ele é o construtor do próprio conhecimento. Essa construção se dá com a mediação do professor, numa ação do aluno que estabelece a relação entre suas concepções prévias e o objeto do conhecimento proposto pela escola. Assim, fica claro que a construção do conhecimento é um processo interior do sujeito da aprendizagem, estimulado por condições exteriores criadas pelo professor. Por isso dizemos que cabe a este o papel de catalisador do processo de aprendizagem. (MORETTO, 2008, p. 87).

Desta forma, faz-se necessário que professores/as construam processos formativos junto a seus alunos/as e que possam ter formações que contribuam para a reflexão de suas práticas, e que estas venham ao encontro de produções coletivas do conhecimento, e assim ocorra de fato a aprendizagem.

Nesse contexto, no que se refere à formação docente, é importante ressaltar que deve ocorrer de forma contínua para fundamentar e orientar a prática pedagógica e possibilitar a elaboração de novas teorias. Pelo que se observa, a avaliação escolar envolve vários aspectos e exige um processo formativo que requer a clareza de tipo de sociedade e educação se deseja construir; de proposta pedagógica e de ensino- aprendizagem, para que a sua função não seja somente medir conhecimentos, se é que os conhecimentos podem ser medidos. Por conseguinte, é fundamental refletir sobre a formação docente.

Consideram a necessidade da aprendizagem continuada, entretanto autor

ênfatisa que isso não deve ser uma obrigaçãõ, alertando para o consumismo de cursos que: "[...] caracteriza o atual mercado da formaçãõ" sempre alimentado por um sentimento de desatualizaçãõ" dos professores. A única saída possível é o investimento na construçãõ de redes de trabalho coletivo [...]" . Essas redes seriam de trocas de experiências e estudos embasando as práticas de formaçãõ e as ações profissionais. (NÓVOA, 2010, p. 23).

Nesse contexto, a formaçãõ continuada do/as educadores/as com foco sobre experiências e estudos sobre questões do cotidiano escolar se torna muito relevante para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Esse processo envolve, por exemplo, a reflexãõ acerca das teorias e práticas dos/as educador/as sobre avaliaçãõ.

Contudo, devem-se considerar,

Diferentemente das práticas tradicionais de formaçãõ, que não relacionam as situações de formaçãõ com as práticas de sala de aula, as experiências mais eficazes para o desenvolvimento profissional sãõ aquelas que estãõ baseadas na escola e que se inscrevem dentro das atividades cotidianas dos professores. (VAILLANT, MARCELO, 2012, p. 196).

Dessa forma, os cursos de formaçãõ docente devem incluir o estudo das práticas vivenciadas nas salas de aula. Refletir sobre proposta de avaliaçãõ referenciada nas demandas e necessidades do/a aluno/a. Deve haver mudançãs metodológicas e filosóficas que contribuam para alterar concepções predominantes de educaçãõ e avaliaçãõ. Isso porque para desenvolver avaliaçãõ como processo integrante do ensinar e aprender, na perspectiva da escola democrática e inclusiva, é preciso entendê-la a partir de vários pontos de vista e da reflexãõ sobre o ensino, aprendizagem, avaliaçãõ escolar e formaçãõ docente. Os desafios sãõ muitos, mas não se podem cruzar os braços diante de um assunto tão sério: avaliaçãõ escolar e formaçãõ de formadores/as em avaliaçãõ escolar. Há necessidade de um paradigma emergente, que busque os interesses da coletividade e o contexto avaliativo. Precisamos abdicar desta avaliaçãõ que apresenta um modelo descontextualizado, autoritário, classificatório e que rejeita aspectos do humano, por exemplo, emocional, resultando num distanciamento do professor/a e do/a aluno/a e em processos de mediçãõ.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificamos que a utilizaçãõ do Grupo de Estudo em Avaliaçãõ escolar/GEPAE/UFU/ CEMEPE na formaçãõ continuada e em serviço é uma estratégia favorável ao fomento da autonomia dos/as participantes. Os encontros quinzenais favoreceram e ofereceram suporte aos estudos autônomos desenvolvidos pelos/as participantes do referido Grupo. Estes estudos tiveram como aporte teórico autores/as como Jussara Hoffman (2012), Madalena Freire (1996), José Carlos de Freitas (2007), Benigna Villas Boas (1993), Pedro Vasco Moretto (2010) e Domingos Fernandes (2005).

O resultado das análises do conjunto de resenhas e ajuda memória mostrou que

definições sobre o processo formativo era precedido de diálogo. A ajuda memória contém a interlocução entre as professoras da Universidade Federal de Uberlândia com os membros do CEMEPE, construída a partir das inquietações do grupo. Essas interlocuções contemplaram aspectos metodológicos, cronograma de trabalho e escolha de obra para estudo, durante três meses, com vistas à definição do suporte teórico-metodológico para as diversas atividades desenvolvidas, entre elas os seminários temáticos.

Nesse processo, foram utilizados vídeos, exposições, seminários temáticos e a dinâmica “enrola-desenrola” com a escolha e reflexão sobre trechos de textos, visando auxiliar a compreensão da realidade escolar e possíveis intervenções. Além dos estudos autônomos, fez parte da formação dos membros do grupo de estudo, o levantamento das demandas formativas das escolas sobre o tema avaliação. Como mostrou a análise, esse levantamento impactou o desenho das formações e favoreceu a aproximação dos processos formativos dos problemas relativos à avaliação presentes no cotidiano escolar.

Outra observação refere-se ao fato de que o referido grupo incluiu na formação dos/as formadores/as do CEMEPE a revisão bibliográfica, como parte inerente ao processo formativo. Essa estratégia favoreceu o conhecimento da produção de autores/as antes não estudados/as e a realização das formações com aportes teórico- metodológicos amplos e complexos, os quais auxiliaram no estudo da realidade do cotidiano escolar e, assim, teve-se melhor condição de compreender as dificuldades enfrentadas pelas escolas no que se refere avaliação escolar.

Tendo em vista o exposto, é possível reafirmar que os resultados indicam a importância do Grupo de estudo como espaço e estratégia diversificada de formação de formadores/as; formação esta vinculada aos problemas identificados no cotidiano escolar sobre avaliação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos assim que, a utilização do Grupo Formal de Estudo em Avaliação escolar-GEPAE/UFU/CEMEPE na formação continuada e em serviço é uma estratégia favorável ao fomento da autonomia dos/as participantes. Os encontros quinzenais favoreceram e ofereceram suporte aos estudos autônomos desenvolvidos pelos/as participantes do referido Grupo.

Nesse processo, foram utilizados vídeos, exposições, seminários temáticos e a dinâmica “enrola-desenrola” com a escolha e reflexão sobre trechos de textos, visando auxiliar a compreensão da realidade escolar e possíveis intervenções.

Outra observação refere-se ao fato de que o referido grupo incluiu na formação dos/as formadores/as do CEMEPE a revisão bibliográfica, como parte inerente ao processo formativo. Essa estratégia favoreceu o conhecimento da produção de autores/as antes não estudados/as e a realização das formações com aportes teórico- metodológicos amplos e

complexos, os quais auxiliaram no estudo da realidade do cotidiano escolar e, assim, teve-se melhor condição de compreender as dificuldades enfrentadas pelas escolas no que se refere avaliação escolar.

Observou-se ainda que o Grupo de Estudo e os movimentos formativos realizados que as estratégias/procedimentos utilizadas no percurso do estudo foram exemplos de avaliação formativa, pois os estudos autônomos, as discussões coletivas, as inferências realizadas nas escolas, os vídeos, seminários, os textos, articularam os conhecimentos sobre a temática de forma que consolidaram os saberes políticos, sociais e conceituais, sobre a perspectiva da avaliação emancipatória.

Sobre as ações formativas em torno da atualização e da reescrita do PPP, as análises mostraram concepções e procedimentos referendados por ações e processos de participação emancipatórias, legitimados por debates sobre o cotidiano escolar e sobre o tipo de estudante que se quer formar. Porém, foram evidenciadas contradições e a necessidade de continuar a reflexão coletiva sobre os tipos e procedimentos em avaliação escolar. Indícios de mudanças na avaliação no sentido de concebê-la como processo formativo convivendo com elementos da avaliação excludente, não dialógico e tradicional.

Parcela de professores e professoras tem criticado os processos de formação continuada e em serviço, distanciados do cotidiano da sala de aula, por não conseguir dar significado às formações das quais participam, porque essas formações não os/as consideram como protagonistas, sendo que formação profissional envolve consentimentos e reposicionamentos. O estudo então nos possibilitou interpretar que outros fatores podem estar ligados à falta de motivação para estudos mais densos dentro das escolas, podendo ser um deles a ausência de processos ligados à identidade do/a professor/a ou ainda a outras formas de motivação, tendo ainda como empecilho a dinâmica intensa do tempo e do espaço escolar. Diante do estudo e das perguntas motivadoras no início do trabalho observou-se que é necessário pensar em novas formas de avaliação escolar que envolva mais pessoas no trabalho e nas discussões e tomadas de decisão. Sem desprezar os espaços já conquistados. A concepção, tipos e procedimentos em avaliação, bem como o entendimento da lógica emancipatória e da lógica classificatória precisam ser reconhecidas pela comunidade escolar, de forma que possa ter consciência sobre o reforço da exclusão decorrente de práticas tradicionais e o reflexo delas sobre a não aprendizagem, evasão e reprovação.

Desta forma, o colegiado e as assembleias escolares podem ser instrumentos importantes de gestão democrática e caminho para se trabalhar a lógica emancipatória, em que todos/as os/as envolvidos/as possam discutir os problemas e levantar soluções para melhor enfrentar o cotidiano escolar, precisando a rede usufruir deste momento de avaliação para as aprendizagens. Por isso, é preciso lembrar que é necessário refletir o que seja ensinar e aprender, para pensar em avaliação. Em relação à nossa prática, precisamos estar atentos ao fato de que tal mudança não se reduz a trocar métodos, técnicas, ou

materiais didáticos. A questão fundamental que enfrentamos é a de estabelecer uma relação diferente com o conhecimento, com o/a estudante e com a sociedade. Estamos, portanto, falando não apenas de mudanças metodológicas, mas de mudanças de paradigmas, de filosofia, e estas, também, não são apenas pedagógicas.

Especificamente, na gestão de 2013 a 2016, ocorreram tentativas de ações formativas vinculadas às demandas e necessidades formativas dos profissionais da educação e dos estudantes, visto que o Movimento Permanente de Reorientação Curricular como política de formação de estudantes e profissionais da educação possibilitou à Rede Pública Municipal de Educação de Uberlândia realizar processos dialógicos com a comunidade interna e externa. Principalmente através da escuta ativa e das rodas de conversa, visitas da secretária e assessores nas unidades escolares, das ações do colegiado nos polos, dos projetos já mencionados, dentre outras estratégias.

Com base nas reflexões decorrentes do processo investigativo, propomos a continuidade das ações formativas por meio da criação do BLOG sobre avaliação educacional vinculado ao Projeto Político Pedagógico. Assim, o referido blog está estruturado por textos (artigos, teses e trechos) de diversos/as autores/as de Uberlândia. No referido blog é possível postar outros textos, comentários, dúvidas e sugestões, pois o blog será é uma produção coletiva, e os/as professores/as de toda a rede podem alocar posts e demais materiais formativos. Este recurso está sendo utilizado desde agosto de 2019, pois as escolas municipais estão reescrevendo seus PPPs e a facilidade dos textos alocados, através dos subsídios dados anteriormente, possui o passo a passo e podem ser acessados por todos/as: <https://avaliacaoescolardarmpeuberlandia.blogspot.com>.

Portanto, este canal de comunicação, leitura e estudo pode ser referência formativa para estes profissionais e poderá contribuir para outras pesquisas de campo, pois novos resultados destes estudos precisam reverberar em diferentes perspectivas de aprendizagem e para a superação da exclusão e do controle social por meio da avaliação escolar.

REFERÊNCIAS

BASSANI, P. S., & Behar, P. A. Avaliação da aprendizagem em ambientes virtuais. In: P. A. Behar (Org.). **Modelos pedagógicos em educação à distância**. Porto Alegre, RS: Artmed. 2009. p. 93-113.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

ESTEBAN, Maria Tereza. **O que sabe quem erra?** Reflexão sobre a avaliação e o fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FERNANDES, Domingos. **Para uma ênfase na avaliação formativa alternativa**. Editorial. Educação e Matemática, 81, 2005. Disponível em. Acesso em 01 nov. 2018.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar**: respeitar primeiro, educar depois. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

FREIRE, Madalena. **Observação – Registro- Reflexão**: Instrumentos Metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1995. Série Seminários.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, Seriação e Avaliação** – confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2007.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NÓVOA, A. A escola o que é da escola. - Entrevista com António Nóvoa. **Revista Escola Gestão Educacional**. São Paulo: n. 8, p. 23-25, jun./jul. 2010

UBERLÂNDIA. Instrução Normativa. SME, 04/2014 **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br>, Acesso em: 01 dez 2016.

UBERLÂNDIA. Lei 11.444, de 24 de julho de 2013. Institui a Rede Pública Municipal pelo direito de ensinar e de aprender no município de Uberlândia e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, 26 de jul. 2013. Disponível em: Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Instrução Normativa. **Diário Oficial do Município**. SME, 14035/2013. Disponíveis em: <<http://siava.ntecemepe.com>>. Acesso em: 01 set 2018.

_____. Decreto Municipal 5800/2006. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <www.uberlandia.mg.gov.br>, Acesso em: 01 mar 2021.

VAILLANT, D. : MARCELO, C. **Ensinando a ensinar**: as quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: UTFPR, 2012.

VILLAS BOAS, B.M. de F. **As práticas avaliativas e a organização do trabalho pedagógico**. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, universidade Estadual de Campinas-SP: 1993.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 47, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 127, 129, 164
Anime 65, 66, 67, 68, 70, 71
Avaliação educacional 98, 99, 101, 102, 103, 108, 115

B

BNCC 13, 14, 15, 16, 17, 18

C

Cooperação 119, 123, 127, 163
COVID-19 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 63

D

Docência 28, 29, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 53, 81, 123, 124, 125, 132, 133, 135, 139, 141

E

Educação aberta 143
Educação de jovens e adultos 1, 3, 4, 6, 11, 12, 35, 44, 72
Educação e saúde 36
Educação profissional 73, 75, 76, 78, 79, 85, 86, 164
Educação superior 19, 20, 21, 22, 24, 64, 80, 81, 100, 144, 145
Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 125, 126, 127, 128, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 163
Ensino de Libras 54
Ensino de Química 65, 66
Estágio curricular 29, 32, 42, 44, 45, 46
Estágio supervisionado 1, 2, 27, 30, 31, 45
Estratégias 2, 12, 15, 20, 21, 23, 50, 58, 66, 81, 82, 100, 107, 108, 113, 114, 115, 117, 128, 129, 136, 137, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 155
Experiência 2, 3, 4, 6, 13, 26, 29, 30, 31, 42, 44, 47, 48, 51, 52, 60, 64, 83, 102, 123, 125, 127, 132, 153, 163, 164

F

Formação de professores 13, 17, 27, 29, 34, 35, 36, 39, 42, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 63, 64,

73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 102, 110, 112, 115, 118, 121, 153, 163

G

Grupo de estudo 98, 101, 102, 103, 105, 106, 107

I

Implementação 13, 14, 15, 64, 73, 80, 81, 85, 86, 101, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Integração tecnológica 1, 5

L

Leitura 31, 32, 34, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 108, 113, 117, 127, 128, 129, 133, 160

Ludicidade 104, 123

M

Mapas conceituais 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64

P

PARFOR 42, 43, 44, 45, 47, 48

Pedagogia 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 72, 77, 81, 85, 123, 133, 163, 164

Pessoas com deficiência 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86

Política de formação continuada 110

Políticas públicas 15, 38, 80, 81, 82, 101, 114, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 164

R

Readequação 50

T





Tecnologia educacional 20, 50

Trabalho pedagógico 13, 48, 101, 109, 136, 141

Formação docente:

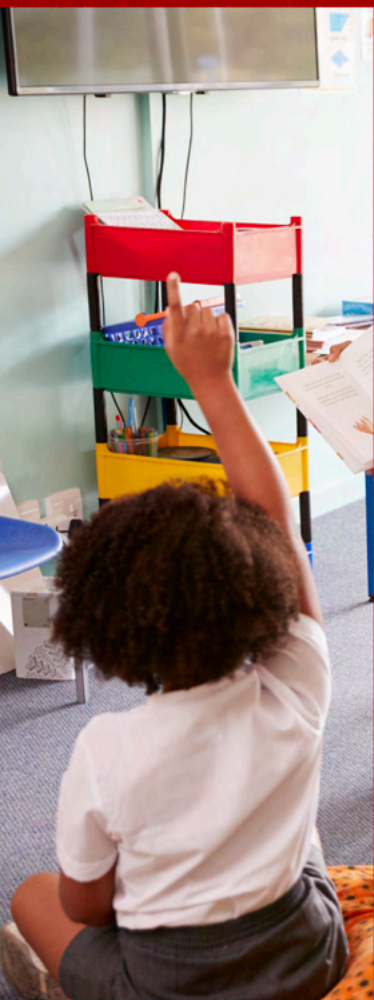
Contextos, sentidos e práticas 2







-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Formação docente:

Contextos, sentidos e práticas 2



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br